
A Convenção sobre Mudança Climática: esperança que vira traição

A Conferência da Terra, crisol de consciência e esperança

A primeira Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio de Janeiro, 1992), ou Eco 92, foi um marco no despontar da consciência ambiental mundial. Apesar de grandes desacordos quanto à relação entre meio ambiente e desenvolvimento, muitos dirigentes nacionais manifestaram preocupação com a forma como o modelo de desenvolvimento dominante produzia efeitos nocivos para o ambiente e agudizava a pobreza. Finalmente, vinte anos após a Primeira Conferência da Terra, em 1972, o ambiente entrava pela porta principal, gerando grandes expectativas em relação às mudanças que os governos prometeram implementar.

Entre outros compromissos, foi ajustado o estabelecimento de uma convenção legalmente vinculante, visando impedir a mudança climática mundial: a Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática.

A Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática

O texto da Convenção foi aprovado no dia 9 de maio de 1992, começando a vigorar em 21 de março de 1994, com 166 países signatários e a possibilidade dos demais Estados continuar aderindo.

Na Convenção, há um reconhecimento da mudança acelerada sofrida pelo clima do planeta nos últimos 200 anos e dos graves impactos adversos envolvidos. Admite-se também que a causa dessa mudança é o aumento da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, a qual está provocando um aquecimento na superfície da Terra e na atmosfera. Também faz-se notar que a maior parte dessas emissões tem origem nos países desenvolvidos.

O objetivo final da Convenção é que a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera resultante de atividade humana fique estabilizada num nível que não represente risco para o sistema climático.

O Protocolo de Kioto, a instância da traição

Em 11 de dezembro de 1997, a III Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança Climática, realizada em Kioto, no Japão, aprovou o texto do Protocolo da Convenção. Até a presente data, foi ratificado por 62 países; os demais Estados podem continuar aderindo. O mesmo começará a vigorar quando forem satisfeitas duas condições: ter sido subscrito por 55 países e, ao mesmo tempo, que entre eles esteja incluído um número de países industrializados que respondam em conjunto por, no mínimo, 55% do total das emissões de CO₂ em 1990.

Embora a quantidade mínima de países signatários tenha sido ultrapassada, ainda não foi satisfeito o segundo requisito, já que alguns países que são grandes emissores de CO₂, como os Estados Unidos, não ratificaram o Protocolo.

Além disso, o próprio Painel Intergovernamental de Expertos em Mudança Climática (IPCC, em inglês) – órgão oficial encarregado de assessorar a Conferência das Partes da Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática (CMMC) – disse que, para evitar mudanças perigosas nos sistemas climáticos, faz-se necessária uma redução global das emissões de gases de efeito estufa de 60% para o fim do século, partindo dos níveis encontrados em 1990. O Protocolo de Kioto prevê uma redução de apenas 5,2% para os países mais contaminantes, mas sequer está em via de atingir isso.

O Artigo 12 do Protocolo inclui o que chamam de “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo”. Supostamente, procura-se ajudar a atingir um desenvolvimento sustentável, mas, na realidade – e, inclusive, assim se declara –, ele é uma “ajuda” para possibilitar que os países desenvolvidos cumpram os compromissos de redução das emissões assumidos no Protocolo. Esse artigo permite o florestamento, o reflorestamento e atividades que evitariam o desmatamento, a partir de 1990, como instrumentos para a troca de emissões. O Mecanismo também acolhe grandes projetos hidrelétricos como sendo de “desenvolvimento limpo”, apesar dos conhecidos impactos adversos nas florestas (e a liberação de CO₂ associada) e comunidades tradicionais, com freqüência deslocadas de suas florestas originais.

O longo processo de sucessivas Conferências das Partes (COPs), em que países de peso como os Estados Unidos, responsáveis por 25% do total mundial das emissões de gases de efeito estufa – as emissões per capita da América do Norte representam 18 vezes as da África, 9 vezes as da Ásia e 2,3 vezes as da Europa –, se recusaram a cumprir os compromissos assumidos em Kioto em 1997, fez com que alguns observadores achassem que o Protocolo poderia naufragar. Nesse contexto, o Japão – grande contaminante também – pressionou a COP 8 (2002) para chegar a um acordo que “salvasse” o Protocolo (embora não o planeta), permitindo que as plantações fossem descritas como “sumidouros de carbono”. Com essa tacada final, frustraram-se as expectativas de alcançar soluções reais. Por sua vez, os Estados Unidos continuam se recusando a ratificar o Protocolo. O Presidente Bush disse às claras que isso lesaria a economia de seu país e sua política energética, e que esta estava em primeiro lugar, isto é, acima dos interesses da humanidade e dos interesses a longo prazo de sus conterrâneos.

Com autorização para poluir

Inicialmente consideradas um perigo iminente, as emissões de carbono viraram mercadoria. Começaram a prevalecer critérios comerciais, e a ação do clima passou a ser considerada mormente em termos contábeis e especulativos. As indústrias produtoras e consumidoras de combustíveis fósseis, vários funcionários dos Estados Unidos e alguns governos do Norte, além de uma série de interesses em torno do negócio do carbono, promoveram um mercado do carbono. Na base dessa proposta está implícita a noção de que todas as emissões de dióxido de carbono são aceitáveis, porquanto podem ser “compensadas” através de alguma atividade que absorva CO₂, como o plantio de árvores, que, pela fotossíntese, transforma o CO₂ em carvão vegetal.

Os grandes consumidores de combustíveis fósseis compram a autorização para continuar poluindo, visto que investem em atividades que, embora produzam mais emissões de carbono, supostamente, elas seriam menores daquelas que “poderiam ser”. Rejeita-se como impossível a possibilidade de, no futuro, vir a ser utilizado menos carbono.

Dessa forma, os países industrializados podem continuar com suas emissões, limpando a imagem com pagamento de algum dinheiro para países pobres que acabam “vendendo” seu meio ambiente. Acossados pela pobreza, muitos vêem-se forçados a estabelecer plantações que façam as vezes de

sumidouros de carbono. É sempre um olhar mercantilista: as florestas não são ecossistemas vitais, mas madeira para a indústria, celulose, chips e, agora, sumidouros com preço de mercado.

Do ponto de vista contábil, a conservação de uma floresta não pode ser considerada uma medida para mitigar o aquecimento global. Porém, continua sendo ignorado o fato de que a conservação das florestas deve ser considerada uma medida para evitar que o problema piore. Certamente, a inclusão da conservação das florestas num mecanismo de mercado não foi uma boa alternativa, mas ignorar que são necessários financiamento e vontade política para manter e restaurar florestas – mesmo como medida capaz de evitar perigosas mudanças no clima – é perder uma chance que vai nos custar muito caro. Na confusa lógica dos negociadores do clima, convém mais derrubar uma floresta primária e substituí-la por uma plantação de árvores de rápido crescimento, pois, supostamente, esta seqüestra mais carbono (o que, com freqüência, não é assim)! A idéia de que quando a vegetação está em fase de crescimento absorve mais carbono daquele que libera permitiu eclipsar o fato de as florestas nativas armazenarem grandes quantidades de carbono, mantendo, em circunstâncias normais, um equilíbrio básico ao longo do tempo entre o carbono liberado e o seqüestrado.

A idéia era continuar com o mesmo ritmo de consumo, sem reduzir as emissões, e dar cabimento e promover as plantações, com o argumento de que a absorção temporária ou incerta, ainda que por poucos anos, traz efeitos positivos. É um negócio e tanto para poucos. Mas, e o que vem depois? Se as plantações são derrubadas, elas voltarão a liberar CO₂ e a gente fica quase como no início. A alternativa, pois, seria continuar plantando para todo o sempre, até que as árvores – talvez de uma única espécie conveniente, como o eucalipto – cobrissem a Terra inteira. Dessa forma, teríamos milhões de hectares de lixeiras de carbono ocupando áreas que deveriam prover as populações locais de alimento e sustento. Isso é ecológico?

Em outras palavras, os sumidouros de carbono contemplados no Protocolo de Kioto são más notícias para o planeta e seus habitantes. Eles nem revertem nem põem fim à mudança climática, e é muito questionável que possam ser considerados medidas paliativas numa fase de transição rumo a outros tipos de energia não contaminante. Dos primeiros enunciados para cá, passaram-se treze anos, sendo que hoje quase não há sinais de uma mudança estrutural rumo a fontes de energia alternativas; pelo menos, isso parece muito distante. Pelo contrário, a extração e o consumo insustentáveis de combustíveis fósseis continuam como estão.

Culpadas viram salvadoras

Um ator fundamental, oculto em todas as instâncias oficiais relativas à questão – nos últimos tempos, nem tanto –, é o mundo empresarial ligado à energia, em especial, as empresas de petróleo.

Com atividades altamente contaminantes e sua política de expansão dentro de um modelo de desenvolvimento baseado em combustíveis fósseis, essas empresas estão entre os principais responsáveis pelas emissões de CO₂ e, portanto, pela mudança climática. Apesar disso, elas ainda não são obrigadas, por acordo internacional nenhum, a reduzir suas emissões, prestam contas perante bem poucos e são difíceis de regular, justamente, pelo poder que elas exercem.

Algumas das empresas mais poderosas envolvidas no negócio são a Exxon/Mobil (Estados Unidos), a Shell (Holanda), a BP/Amoco (Reino Unido), a Totalfinaelf (Alemanha), a Chevron/Texaco (Estados Unidos), a Repsol/YPF (Espanha/Argentina), a ENI/AGIP (Itália) e a OXY (Estados Unidos). No entanto, hoje essas empresas estão apresentando propostas tecnológicas para livrar o mundo do desastre, a maior parte delas baseada no uso extensivo do espaço e dos recursos, dessa

forma provocando novos impactos e desequilíbrios ambientais. Alguns exemplos são as plantações de grandes empresas transnacionais, que estão transformando os ecossistemas e deslocando as populações nativas, ou as propostas de gigantescos painéis solares ou parques eólicos em solos agrícolas, a construção de hidrelétricas que acabam inundando grandes extensões com seus lagos artificiais e liberam carbono e metano, ou imensas tubulações que atravessam áreas protegidas ou povoadas, colocando em risco as populações locais.

Existe uma saída?

A “compensação das emissões de carbono”, bem como as monoculturas de árvores em grande escala, não são soluções. Entre muitos outros males, elas aumentam a perda de biodiversidade, o que, como reconheceu um grupo de cientistas do Centro de Biologia Populacional do Imperial College de Silwood Park, no Reino Unido, em matéria editada na publicação Nature, “pode reduzir a capacidade de absorção de CO₂ antropogênico dos ecossistemas terrestres”.

A verdadeira solução é a conservação de energia, a redução do consumo, um uso dos recursos mais igualitário e um desenvolvimento e distribuição eqüitativos de fontes de energia limpas, renováveis e de baixo impacto. Na realidade, é algo simples e tão conhecido que é escusado dizer, mas para isso é preciso vontade política dos governos, o que está faltando, ou, quando têm, devem enfrentar interesses muito poderosos e implacáveis.

Na realidade, a única coisa que resta como ferramenta para conseguir mudanças imperiosas e imprescindíveis, a fim de evitar os desastres anunciados, é a participação da sociedade civil, exigindo o cumprimento de compromissos assumidos, mas não cumpridos, e questionando os critérios mercantilistas dominantes no âmbito empresarial e governamental. Os critérios que hoje prevalecem são criminosos e, em última instância, suicidas.